

## Terceira Via: atualidade e crítica

### Third Way: present state and criticism

Marcelo Paula de MELO\*

**Resumo:** As políticas da Terceira Via são consideradas uma atualização das políticas burguesas para a consolidação de sua dominação em nosso tempo. Tendo como missão atualizar as bases do projeto neoliberal, sem negar as conquistas que possibilitaram a atual correlação de forças, as políticas da Terceira Via encontram espaço em diversos governos e partidos que, a despeito de manterem vínculos passados com organizadores da esquerda, hoje servem à dominação burguesa, como é o caso brasileiro. Este artigo irá debater como o projeto político da Terceira Via ainda serve para orientar a dominação burguesa em nosso tempo.

**Palavras chaves:** Terceira Via. Dominação burguesa. Neoliberalismo.

**Abstract:** The Third Way policies are regarded as an update of the bourgeois policies to consolidate their domination in our time. With a mission to update the foundations of the neoliberal project, while acknowledging the achievements that enabled the current correlation of forces, the Third Way policies found space in various governments and parties that, despite maintaining their ties to past organizers of the left, now serve as a means for bourgeois domination, as is the case in Brazil. This article aims at arguing how the Third Way political project also serves to guide the bourgeois domination in our time.

**Keywords:** Third Way. Bourgeois domination. Neoliberalism.

Recebido em: 13/12/2009. Aceito em: 20/04/2010.

---

\* Doutorando em Serviço Social, UFRJ, Professor da UNIABEU/RJ e ISE/FAETEC-RJ, Pesquisador do Coletivo de estudos de Política Educacional (EPSJV/Fiocruz). [marcelaomelo@gmail.com](mailto:marcelaomelo@gmail.com)

Partidos políticos de esquerda não podem ser classificados como nova ou velha esquerda. [...] Quando um partido de esquerda ganha as eleições nacionais, normalmente não tem outra alternativa senão ser moderno.

(Bresser Pereira)

## 1 Introdução

O objetivo deste texto é retomar alguns pontos salientados por Giddens (2001a, 2001b, 2007) nas obras/manifestos das políticas da Terceira Via e visualizar sua constante reafirmação no cotidiano da vida política brasileira e mundial. Para tal, iremos apresentar, de início, um resumo das posições de Giddens (Ibidem) acerca do projeto político da Terceira Via. Com isso, pretendemos demonstrar como, em linhas gerais, tal projeto tem orientado a atuação política da burguesia, considerando as especificidades políticas de cada conjuntura concreta.

Junto ao debate teórico, também pretendemos demonstrar como o projeto político da Terceira Via se materializa em ações concretas. Para isso, analisaremos as posições políticas expressas através de um importante intelectual orgânico coletivo da burguesia que é o jornal *O Globo*, escolhido por ser um dos maiores e mais importantes periódicos do país. A escolha dos colunistas e também dos editoriais do periódico se deu por serem opiniões mais autorais, no primeiro caso, e, no segundo caso, por ser o momento em que a empresa jornalística emite seu posicionamento acerca de diversas questões. Aqui, poderemos localizar a atualidade das políticas da Terceira Via como expressão da dominação e exploração burguesa em nosso tempo. Por conta disso, optamos por limitar a coleta de dados no jornal *O Globo* ao período de 2005 a 2008. Isso se deveu à certeza de que tal período é suficiente para demonstrar que o Brasil nos anos 2000 segue a agenda do capitalismo neoliberal de Terceira Via, aprofundada no Governo Lula da Silva (MELO 2007, 2009). A aproximação das posições teóricas de Giddens (2001a, 2001b, 2007) e outros autores serão

complementados com os posicionamentos dos jornalistas e da empresa Globo, em sua busca por dar concretude às estratégias burguesas de espraiar suas teses visando à educação do consenso. Essa dinâmica de trabalho no presente artigo buscará apresentar exemplos concretos da atuação política da burguesia a partir das teses da Terceira Via, tendo as posições políticas expostas no jornal *O Globo* como expressão desse momento na luta de classes. Também será dedicada atenção à conjuntura política da América do Sul, buscando demonstrar que o projeto político da Terceira Via também encontra eco nos blocos de poder em diversos países desse continente, malgrado a denominação que recebem alguns como representantes da esquerda.

Uma análise da abordagem de diversas questões políticas, econômicas e/ou culturais pelos grandes meios comunicação revela uma busca constante de continuar e aprofundar os processos da pedagogia da hegemonia, indicando a manutenção das políticas da Terceira Via como orientadoras das ações políticas e pedagógicas do conjunto da burguesia.

## 2 O projeto político da Terceira Via e sua atualidade

O sociólogo inglês Anthony Giddens (2001a, 2001b, 2007) formula a expressão Terceira Via para definir suas proposições acerca de um projeto de sociedade que ultrapasse as concepções dos que chama de neoliberais ou fundamentalistas de mercado, bem como que remeta a qualquer lembrança dos tempos de Estado de bem-estar social. O sociólogo inglês faz questão de dizer que essa proposta ultrapassaria as concepções políticas de “esquerda” e “direita”, sendo implementada pelo que chama de Centro Radical ou Nova Esquerda. Ao tomar o fim da URSS como a morte de qualquer possibilidade de sociedade que não seja o capitalismo, Giddens (Ibidem) formula/sistematiza uma série de elementos que os novos blocos no poder estariam implementando para dar respostas a essa fase do capitalismo. Para o sociólogo inglês, o socialismo teria deixado de ser uma “alternativa ao capitalismo. Por ora, não vejo outro caminho

senão esse. Isso não quer dizer que a economia de mercado global não cause nenhum tipo de problema, pois causa. Mas já não existe uma sociedade alternativa coerente a nossa espera ali diante”. (Idem, 2001a, p. 112).

Em 2001, Anthony Giddens reúne numa publicação de mais de 600 páginas pensadores, políticos, jornalistas de diversas partes do mundo para realizar o que chama de debate global da Terceira Via.<sup>1</sup> Como diz o organizador na introdução da obra, o pano de fundo para tal debate é o reconhecimento de que tanto no debate teórico quanto no nível das realizações políticas de diversos governos e partidos pelo mundo, “[...] a despeito de usarem ou não a expressão em si [...]” (Idem, 2007, p. 17), houve consideráveis avanços. Isso indica um reconhecimento preocupante de que a Terceira Via tem representado a atualização do projeto dominante burguês, em alguma medida substituindo, porém em outra aprofundando, o projeto neoliberal clássico.

Giddens (2007, p. 18, 19) faz um importante alerta que nos serve de farol teórico-metodológico: “é preciso olhar além da terminologia”. Com isso, o autor reafirma a posição de que as políticas da Terceira Via não se limitam àqueles partidos e/ou governos que “vestem a camisa”, sobretudo, como mostra o autor, quando há várias razões para que se evite a expressão “Terceira Via”, mormente por sua retomada estar associada às figuras de Bill Clinton e Tony Blair. Contudo, a missão central da Terceira Via é assim explicitada por seu ideólogo mais famoso: “reestruturar as doutrinas esquerdistas [...]” já que os “[...] partidos esquerdistas estão sendo forçados a criar algo novo, uma vez que as doutrinas centrais do socialismo não são mais aplicáveis.”

Podemos dizer que os pontos centrais expostos nas obras referidas de Giddens (2001a, 2001b, 2007) são: afirmação do capitalismo como a única forma de viver em sociedade; uma nova forma de apresentação das classes sociais, que, sem negar sua existência, busca diluir o caráter inerente de exploração de uma classe

sobre a outra que constitui as relações sociais capitalistas; uma constante essencialização do Estado e do chamado mercado, apresentados como instâncias da vida social sem nenhuma correlação com o funcionamento da sociedade capitalista e suas alterações na atual fase de hegemonia da fração financeira da burguesia; a defesa de um novo tipo de relação Estado e sociedade civil, na qual a execução das políticas sociais de diversas ordens deixa de ser responsabilidade do aparelho estatal para ser assumida de forma precária e focalizada por organismos na sociedade civil, que é tomada como constituidora de um suposto terceiro setor; a configuração de uma nova esquerda modernizadora em face de uma velha esquerda, que não teria nenhuma hostilidade ao funcionamento dos mercados, como afirma Giddens (2007); a apologia ao processo de precarização do trabalho, implicando num maior barateamento da força de trabalho com a intensificação da exploração, via destituição de direitos dos trabalhadores. É nisso que se assenta a tarefa pedagógica das diversas frações burguesas, no sentido de formar e difundir uma visão de mundo que busque explicar e responder as contradições do próprio projeto societário que lhes é conveniente, sem, com isso, por em questão as bases desse mesmo projeto. Assim, a dominação de uma classe sobre a outra – sempre considerando as frações que compõem cada classe –, ainda que sob novas bases, é aprofundada.

Como bem chama atenção Giddens (2001b, p. 39), pensar a Terceira Via como algo estritamente inglês, é ignorar que uma série de governos segue tais princípios, ainda que não se declarem como tal, sendo, no dizer de seu sistematizador, “mais exato falar de único e amplo fluxo de pensamentos da terceira via, para o qual os vários partidos e governos estão contribuindo”. Tanto que o próprio afirma não identificar a política da Terceira Via com o programa político de nenhum partido ou país em particular. (Cf. Ibidem, p. 40).

Considerando que termo “Terceira Via” pode receber outras denominações em outros contextos com o mesmo significado, faz-se necessário não esquecer esse alerta. Assim, termos como Nova Esquerda, Nova Social Democracia, Esquerda Modernizante podem e devem

<sup>1</sup> A referida obra foi publicada em português em 2007. Ver referências.

ser interpretados como pertencentes ao mesmo campo político.

A política da Terceira Via implica então numa nova dinâmica de funcionamento do Estado em vários âmbitos. Tanto na condução da economia, como na oferta de políticas sociais, assim como na relação com organismos da sociedade civil. Alguns desses tópicos abordados continuam em amplo processo de aprofundamento. É justamente esse o objetivo deste texto: apontar como as políticas da Terceira Via continuam na ordem do dia da atuação da burguesia, hegemônica pela fração financeira. A atualização da tarefa político-pedagógica do conjunto da classe dominante, aqui intitulada nova pedagogia da hegemonia, se processa em diversos âmbitos da vida social, como mostram as experiências disponíveis em Neves (2005).

Nossa tese central é a de que o projeto político da Terceira Via representa uma ligeira inflexão dentro do processo de hegemonia da fração financeira da burguesia e a consequente financeirização de todos os ramos da economia capitalista. Contudo, tal inflexão não se trata de nenhum enfrentamento. Tanto que Giddens (2001b, p. 169) chama atenção para o fato de ser fundamental “ganhar a confiança dos mercados financeiros [...]” e que isso “[...] depende de reformas internas em que o Estado deve assumir a liderança”.

Tal inflexão implica agora numa aproximação com setores dos trabalhadores, buscando dirimir possíveis focos de resistência ao aprofundamento do mesmo projeto, visto que as características centrais que permitiram a retomada das taxas de lucros não só não são enfrentadas pela Terceira Via, como mantidas e louvadas. Privatizações, abertura financeira e a comercial – que às vezes aparecem eufemisticamente como “globalização” – desregulamentação, flexibilização da força de trabalho, teoria do capital humano, empreendedorismo, incentivos fiscais ao capital são tópicos recorrentes nos textos da Terceira Via. Isso fica explícito quando Giddens (Ibidem, p. 78) afirma que “a política econômica da terceira via precisa se preocupar com prioridades diferentes – com educação, incentivos, cultura empresarial, flexibilidade, devolução e cultivo de capital social”.

Isso leva nosso autor a afirmar que:

**[...] a maioria dos problemas que restringem o desenvolvimento econômico dos países empobrecidos não vêm da própria economia global ou do comportamento egoísta das nações mais ricas.** Eles repousam principalmente nas próprias sociedades – no governo autoritário, na corrupção, no conflito, na regulamentação excessiva e no baixo nível de emancipação feminina. (GIDDENS, 2001b, p. 132, grifo nosso).

O ex-ministro Luiz Carlos Bresser-Pereira (2007, p. 502), um dos principais disseminadores/formuladores da Terceira Via para o Brasil, segue direção parecida, ao analisar a realidade dos países periféricos do capitalismo. Para ele, “a nova esquerda nos países em desenvolvimento não cometeu o erro de imputar os problemas de seus países a fatores externos – um erro contumaz da velha esquerda [...]”

Aqui, encontramos não apenas a negação de que há e houve um projeto de conformação política de vários países, mas também que isso tenha tido impacto no desenvolvimento desigual entre as diversas nações.

Se os primeiros ideólogos do neoliberalismo se apressaram em afirmar a irrelevância da distinção entre esquerda e direita para a compreensão das ações e projetos políticos, as políticas da Terceira Via não incorrem no mesmo equívoco. O que a mesma faz é buscar retomar os pontos outrora de esquerda e apresentar uma reformulação de tal monta que desapareça realmente a distinção de projeto societário em relação à direita. Isso é explicitado com clareza por Giddens (2007, p. 22, grifo nosso), quando afirma que:

**[...] algumas idéias e políticas outrora associadas, sobretudo à direita política (como a privatização ou a disciplina fiscal) tornam-se corriqueiras nos programas de partido de esquerda. Num mundo que vem experimentando mudanças tão profundas, um certo pragmatismo e a disposição de experimentar são necessários.**

O que essa passagem revela é a reestruturação/renovação/modernização da esquerda que

a Terceira Via representa é um passo muito bem dado pela burguesia no sentido garantir novos parceiros defensores de seu projeto histórico.

No tocante à dinâmica da economia, a Terceira Via busca atualizar alguns pontos do neoliberalismo clássico sem por em questão – e não se trata de cobrança, pois essa nunca foi sua missão – as bases desse projeto. Isso fica nítido na afirmação da necessidade de uma nova economia mista, que busque “[...] uma nova sinergia entre os setores públicos e privados, utilizando o dinamismo dos mercados, mas tendo em mente o interesse público” (Giddens, 2001a, p. 109), como defesa de que isso envolve a busca por “[...] equilíbrio entre regulação e desregulação, num nível transnacional, bem como em nível nacional e local [...]” (Ibidem, p. 110).

Esse dinamismo dos mercados e essa combinação equilibrada entre regulação e desregulação em nível internacional e nacional são fundamentais para a consecução dos planos burgueses. A liberdade dos fluxos financeiros, mas também dos fluxos comerciais, são exigências para que o capital possa buscar formas rápidas e seguras de valorização, como nos mostra Chesnais (2005).

O papel da Terceira Via em retomar um novo papel diretivo ao conjunto da burguesia, combinado com um duplo processo de subjugação econômica e política da classe trabalhadora, é nítido quando Giddens (2001b, p. 16, grifo nosso) faz crítica dos mecanismos de bem-estar social garantidos via Estado:

[...] justiça social foi identificada com níveis ainda mais altos de gastos públicos que quase não tinham relação alguma com o que realmente foi alcançado ou **com o impacto dos impostos sobre a competitividade e a criação de empregos [...] a expansão das empresas não deve ser obstruída por demasiadas regulamentações e restrições.**

Nesse caso, o impacto sobre a competitividade deve ser lido como um aumento do custo da força de trabalho. A alegada competitividade poderia ser impulsionada mediante rebaixamento do preço da força de trabalho ou com diminuição de impostos pagos pelas empresas. Ainda que essa polêmica de Giddens (2001a, 2001b, 2007)

e do projeto político da Terceira Via tenham como alvo central o que chamam de velha social-democracia, acaba por atingir os projetos políticos que têm na busca por igualdade o contraponto ao poder político burguês.

Nosso autor faz questão de alertar que as desigualdades econômicas são um ponto relevante no debate dos mecanismos de exclusão e que é necessário enfrentá-las. As proposições são emblemáticas da tarefa política e pedagógica da Terceira Via. Sem rechaçar por inteiro, mas também não deixando de apontar a necessidade de reformas radicais nas políticas de bem-estar social, Giddens (2001a, p. 116) traz uma questão que tem sido comum no debate burguês sobre o funcionamento do capitalismo e as novas formas de inserção e remuneração dos trabalhadores: a participação acionária dos trabalhadores mediante a posse de ações – diretamente ou via fundos de pensão – de companhias, sejam as próprias em que se é funcionário ou de outras via bolsa de valores. Isso poderia promover “[...] implicações redistributivas [...] substanciais”.

Essa lógica, amplamente funcional à dominação da fração burguesa vinculada às finanças – que não deve ser restrita ao setor bancário –, traz os trabalhadores para a manutenção e ampliação da exploração a que estão submetidos. A posse e a eventual valorização financeira via participação acionária dos trabalhadores têm sido um importante mecanismo na luta de classes utilizado pela burguesia para não apenas cancelar as possibilidades de consciência de classe. Também há um duplo processo de cancelamento da experiência de produtor de mais valia – uma vez que poderia haver ganhos financeiros aos trabalhadores nesse mercado de ações, assim como também perdas –, mas também um pouco ou nenhum contato com os trabalhadores da própria empresas da qual se possui tais ações.

Giddens (2001b) se empenha em aprofundar o tema do autocuidado de si. Longe de qualquer perspectiva esotérica, no autor d’a Terceira Via, tal expressão assume o caráter de desqualificação de direitos de diversas ordens, tendo no Estado o garantidor por excelência disso. Segundo Giddens (Ibidem, p. 12), “temos de descobrir como cuidar de nós mesmos, porque

agora não podemos mais confiar que as grandes instituições o farão”.

Quando o autor afirma que “as grandes instituições” não mais cuidarão, está chamando atenção para um papel diminuto do Estado capitalista na oferta de direitos sociais. Se em outros momentos da sociedade capitalista a burguesia demandava ofertar minimamente uma rede de políticas sociais para manutenção de sua hegemonia, é possível que na atual conjuntura tal sacrifício possa ser dispensado.

Ao mesmo tempo, a Terceira Via começa um debate na busca por relativizar a importância da igualdade. Jamais de forma deliberada, e não promovendo uma apologia direta da desigualdade, Giddens (2001a, p. 110) defende que “igualdade e liberdade individual podem entrar em conflitos, e de nada adianta fingir que igualdade, pluralismo e dinamismo econômico são sempre compatíveis”. Essa necessidade de combater o fingimento, nos termos do autor, da compatibilidade entre igualdade e dinamismo econômico deve ser lida como uma tentativa de ampliação e/ou retomada das taxas de lucro da burguesia. Para tal, é fundamental o abandono da obsessão com a igualdade e uma apologia, ora direta, ora indireta, de políticas que, de alguma forma, promovam certa desigualdade social.

Nesse debate, o ataque da Terceira Via aos chamados mecanismos de redistribuição do Welfare State são emblemáticos. Não se trata de ter uma visão acrítica de como os sistemas de bem-estar tiveram um importante papel apaziguador nas lutas de classes. Contudo, a crítica feita pela Terceira Via busca também atirar no que se vê – o Welfare –, mas para acertar no que não se vê: qualquer projeto societário promotor de uma igualdade substantiva. Segundo Giddens (2001a, p. 122-3) os mecanismos redistributivos de Welfare seriam “[...] essencialmente não democráticos dependendo como dependem de uma distribuição de benefícios de cima para baixo. Sua força propulsora é a proteção e a assistência, mas ele não dá espaço suficiente à liberdade pessoal”.

Some-se a isso, uma nova abordagem teórica e política sobre igualdade e desigualdade que busca relativizar o impacto da última, mes-

mo que retoricamente apontando seus efeitos deletérios para vida humana. Nosso autor e o projeto da Terceira Via começam a buscar certa apologia da desigualdade ao relativizar a importância da igualdade social. Segundo Giddens (2001b, p. 59), “a diversidade social não é compatível com o igualitarismo de renda fortemente definido”. Por conta disso, o projeto político da Terceira Via propõe o que de maximização da “[...] igualdade de oportunidades. Contudo esta deve preservar também uma **preocupação com a limitação da desigualdade**”. (Ibidem, grifo nosso). Não é por acaso que Giddens (Ibidem, p. 89) afirma não haver “[...] futuro para o ‘igualitarismo a qualquer custo’ que se observou na esquerda por tanto tempo”.

A alardeada ênfase do projeto da Terceira Via no que chamam de igualdade de oportunidades é revelador de sua aceitação e promoção da desigualdade como algo inerente. Tanto que Giddens (Ibidem, p. 90, grifo nosso) afirma que “[...] **a igualdade de oportunidades em geral cria desigualdades maiores, e não menores, de renda. [...] em vez de tentar reprimir estas conseqüências, devemos aceitá-las**”.

Vejam que a preocupação da Terceira Via é a limitação da desigualdade social e de renda. Em momento algum a possibilidade de por fim a ela é mencionada, até por não ser objeto desse projeto. Tanto que o enfrentamento desta desigualdade

**[...] não pode mais, se pôde alguma vez, ser confrontada somente pelas transferências de renda dos mais ricos para os menos ricos.** Algumas formas de providência de welfare, por exemplo, projetadas em parte para reduzir a pobreza, têm tido efeito de criá-las ou de perpetuá-la. (GIDDENS, 2001b, p. 59).

Além de ficar muito explícito o brado giddiano contra a tributação dos ricos, o autor é célere em defender que as políticas sociais podem manter a pobreza. O curioso é que a renda dos ricos, para usar um termo do autor, parece ser autogerada, e não vinculada à própria formação social capitalista. Ainda que nem todos sejam burgueses no sentido de donos de meio de produção, a vinculação à rejeição de mecanismos redistributivos é explícito. Como tais setores não

utilizam nenhum serviço público, os adquirindo privadamente, nosso autor os vocaliza quando ataca os mecanismos estatais de prestação de serviços sociais, algo que em tese atende diretamente o conjunto dos trabalhadores.

Giddens (2007) reafirma a necessidade de reformas administrativas em busca de alterar a dinâmica de funcionamento do Estado. Nessas, estão presentes o já conhecido antiestatismo apaixonado e histérico que constantemente é vocalizado por intelectuais orgânicos coletivos e/ou individuais da burguesia. Para o autor d'A Terceira Via:

O governo e o Estado devem ser fortes o bastante para proporcionar um direcionamento efetivo para promoção do desenvolvimento da Justiça social. Um Estado forte, contudo, não é o mesmo que um Estado grande. Onde o Estado é super-desenvolvido, o governo efetivo torna-se difícil, e o poder estatal pode começar a se sobrepor aos desejos e liberdades dos cidadãos. (GIDDENS, 2007, p. 24).

Contudo, isso só se manifesta quando está em questão algum mecanismo que possa diminuir as taxas de lucros do capital, seja ampliando direitos para o conjunto da classe trabalhadora ou favorecendo em demasia uma determinada fração do capital em detrimento de outras. Quando a intervenção estatal de alguma forma viabiliza a valorização do capital, seja com incentivos fiscais, com empréstimos, ou mesmo na promoção de alterações legais, não há nenhuma grita, contrariamente sendo observados elogios, o que não deve ser motivo de nenhuma surpresa.

O fetiche das mudanças tecnológicas é utilizado por nosso autor e pelas políticas da Terceira Via para defender a necessidade do que chama de mercados de trabalho flexíveis. Mais do que isso, em Giddens (2007, p. 29) encontramos a argumentação de que isso se trata de uma exigência para criação e manutenção de empregos, não esquecendo que “[...] o governo tem um papel-chave a desempenhar”.

Esse mantra se transforma numa apologia, num libelo de um (ainda) maior barateamento do preço da força de trabalho. Segundo Giddens (2007, p. 29, grifo nosso), a existência de “[...] mercados de trabalho rígidos demais, **com um peso**

**de benefícios muito alto**, têm efeitos perversos”. Tal condição geraria a inibição do “[...] surgimento de empregos, particularmente no protegido setor de serviços, que proporciona ingresso ao trabalho, sobretudo para os mais jovens”.

O cinismo das políticas da Terceira Via no tocante à defesa da flexibilização do trabalho como possibilidade de aumento do número de empregos é sempre acompanhada pela promoção das políticas de formação continuada, ou, para usar um termo da moda, o investimento em qualificação profissional e/ou capital humano, às vezes também chamados de retreinamento e requalificação. Assim, a perda de postos de trabalho seria compensada com programas constantes de reinserção profissional, até porque a única certeza que o trabalhador terá nesse processo é que passará por algumas experiências de desemprego ao longo de toda a sua vida.

Somando isso ao já debatido apelo da Terceira Via pela reforma dos mecanismos de bem-estar social, temos um quadro geral de aprofundamento do barateamento da força de trabalho, com uma precarização das condições de vida via piora na oferta de políticas sociais, com as já conhecidas políticas de focalização.

Nesse sentido, a Terceira Via não descuidada da educação. Não apenas da educação escolar ou formação para o trabalho, mas de uma forma de ser e estar no mundo, de perceber as relações sociais em que estão inseridos. Como afirma Giddens (2001b, p. 91), “a educação, compreendida em um sentido amplo em vez de puramente no sentido vocacional, deveria ser o principal instrumento para o cultivo da iniciativa e da responsabilidade”.

Essa tarefa político-pedagógica da Terceira Via ganha em amplitude quando o autor analisa mudanças no âmbito da empresa e suas relações com os trabalhadores. Giddens (2001b, p. 150) defende a “[...] participação do funcionário nos esquemas de propriedade quando possível e favorecer as compras por partes dos funcionários de empresas em falências onde o capital adequado possa ser gerado”, assim como um plano de aquisições de ações das companhias pelos trabalhadores. Continuando nesta linha, apresenta que poderia haver “uma redução nos

impostos [...] a empresas que mantenham certo nível de capital nas mãos dos funcionários. O acesso preferencial a empréstimos pode ser disponibilizado para empresas que adotem esquemas de propriedades ou para funcionários que adquiram ações” (GIDDENS, 2001b, p. 150-1). Analisando alguns casos concretos de empresas Giddens (Ibidem, p. 151) afirma que “as ações são a forma mais freqüente de benefício não salarial procurada por trabalhadores nas empresas de tecnologia da informação”.

A transformação de trabalhadores em acionistas tem sido uma fundamental mudança na forma de relação entre capital e trabalho, tornando este último parceiro de sua própria exploração ou daquela de outros trabalhadores, como apontamos em Melo (2009).

## 2 Educação política para a Terceira Via: atuação do/no jornal *O Globo*.

A atuação política burguesa sempre teve nos meios de comunicação uma de suas frentes mais avançadas. A luta política no campo das ideias tem na disseminação de informações uma de suas mais robustas expressões facetas. O trabalho de editoras, jornais, mídia televisiva, radiofônica e na internet é uma expressão concreta da luta entre as classes sociais na sociedade capitalista. Os avanços de certas posições teórico-políticas e concepções de mundo provindas desses intelectuais orgânicos, bem como a possibilidade diminuta de vozes dissonantes em seu interior, serão sempre indícios relevantes do grau da correlação de forças entre as classes. Ao mesmo tempo, os processos de enfrentamento da hegemonia do conjunto da classe burguesa sobre a classe trabalhadora também passa por uma maior capacidade de, publicamente, tendo um grande alcance dessas ideias e concepções, expor críticas e as contradições da sociedade capitalista.

Por conta disso, de diversas formas, a burguesia não descuida de apresentar interpretações de nosso tempo sob um prisma político que lhe seja amplamente funcional. No caso brasileiro, a atuação política das organizações Roberto Marinho – que edita o jornal *O Globo* – é conhecida. Nesse momento de consolidação do projeto político da Terceira Via isso não

é diferente. Agora, veremos diversos exemplos que nos permitem sustentar a afirmação de que, a partir do jornal *O Globo* – tanto em editoriais como na ação política de alguns colunistas –, a burguesia encontra um vocalizador de seus interesses de classe, dando-lhe maior alcance e organicidade.

A atuação política e pedagógica dos organismos representantes das frações burguesas é evidente no que se refere a tratar do socialismo. Menos do que avaliar a experiência cubana em si, é notória a difusão do enfrentamento e demonização da mesma, quer seja *per se*, quer seja por ela representar alguma eventual ameaça concreta ao bloco dominante. A atuação política burguesa concentra-se em afirmar uns velhos lemas da direita em relação ao socialismo, como vinculação direta entre comunismo e totalitarismo; economia de mercado com democracia e liberdade, entre outros. Isso salta aos olhos no editorial do jornal *O Globo* de 20 de fevereiro de 2008, abordando o anúncio no dia anterior do afastamento de Fidel Castro da Presidência de Cuba. Segundo o *Globo*:

Já chamada de parque temático da esquerda **ainda iludida**, a Ilha é, a rigor, **um anacronismo** situado a 140 quilômetros da Flórida [...] A comunidade internacional e, especialmente os EUA precisam **contribuir para que venham a se concretizar as chances de uma distensão efetiva e sem sobressaltos em Cuba**. (O GLOBO, 2008a, p. 4, grifo nosso).

A penetração dessa concepção encontra eco numa suposta alegação de que a melhoria das condições de vida da população viria com o aprofundamento das relações sociais capitalistas. Para usar uma expressão vastamente utilizada pela grande mídia e por alguns intelectuais vinculados a centros difusores da ideologia da Terceira Via, é preciso um “choque de capitalismo”. Isso é expresso na coluna do jornalista Merval Pereira no jornal *O Globo*, ao analisar uma pesquisa realizada pelo pesquisador Marcelo Neri, vinculado à Fundação Getúlio Vargas (FGV-RJ), um reconhecido intelectual orgânico burguês desde sua criação. (NEVES, MELO e MONTEIRO, 2010, no prelo). A referida pesquisa apresentava uma suposta melhoria na distribuição de renda no Brasil, assim como um aumento do que chama de clas-



se média no país. Para o referido pesquisador, a classe média seria constituída pelas famílias que dispusessem de renda familiar – e não renda *per capita* – entre R\$ 1.300,00 e R\$ 4.500,00. Para além de questionamentos acerca da metodologia utilizada, que pode esconder mais do que revelar, por ignorar a possibilidade de uma família ser numerosa, o que impacta sem dúvida a distribuição da renda familiar, revela-se nesse debate em pauta num dos principais periódicos do Brasil, o caso o jornal *O Globo*, uma retomada atualizada do fim da História.

O título dessa intervenção do colunista Merval Pereira (Ibidem) foi exatamente “Choque de Capitalismo”. Nela, o pesquisador referido Marcelo Neri é pródigo em afirmar que, para combater a pobreza e promover certa melhoria nas condições de renda dos pobres, a “melhor proposta é o capitalismo para todos”. (NERI apud PEREIRA, 2008a, p. 4).

O que é afirmado por Giddens (2001a, 2001b, 2007) com certo grau de abstração ganha concretude nas intervenções dos governos em diversos países e também na defesa pública dos prepostos da burguesia. No caso brasileiro, para ilustrar a penetração das políticas da Terceira Via na atuação do bloco no poder representado pelo governo Lula, podemos apontar o debate posto pelo ex-ministro da Fazenda e atual deputado federal Antonio Palocci (PT-SP) acerca da urgência da realização de uma reforma tributária no país. É possível ver neste texto veiculado no jornal *O Globo* numa edição de domingo – no qual o ex-ministro tem se tornado um articulista, com aparições ora mensais, ora quinzenais – um apanhado das principais questões político-econômicas da Terceira Via. Há no texto um apelo pela diminuição de tributos sobre lucros, uma supressão de direitos dos trabalhadores e a defesa de que os impostos recolhidos seriam barreiras ao dinamismo econômico. (PALOCCI, 2008).

Essa penetração das teses da Terceira Via fica notória quando o ex-ministro traz os pontos que diz serem consensos nacionais acerca da reforma tributária. A menção de que a carga tributária não pode em hipótese alguma subir mais, feita pelo articulista, silencia deliberadamente acerca do papel dessa tributação para remunerar os setores burgueses que investem

em títulos da dívida pública brasileira, obtendo considerável valorização financeira mantida justamente por essa alta carga tributária. Ou seja, trata-se de uma retirada de recursos do conjunto da sociedade, sobretudo dos trabalhadores, para remunerar a fração burguesa que investe nos títulos da dívida pública brasileira.

Palocci (Ibidem, p. 6) aponta questões que, a despeito da dificuldade em construir consensos, dispõem de amplo apoio do empresariado, ainda que o deputado silencie deliberadamente sobre as consequências disso para a vida dos trabalhadores. Tais pontos seriam: “desoneração total dos investimentos, menos tributos sobre a folha salarial, garantia dos recursos da seguridade social, ampliação dos itens que podem ser creditados como parte do processo produtivo, desoneração dos produtos da cesta básica.” Segundo Palocci (Ibidem), aqui parece haver um “[...] razoável consenso, e muito provavelmente estarão no texto final do relator [...]”

Depois, o articulista se dedica aos pontos que não gozariam de consenso semelhante. Por isso, Palocci (2008, p. 6, grifo nosso) afirma que “[...] alguns líderes, **de muito boa fé**, acreditam ser possível eliminar a tributação sobre a folha salarial e não apenas diminuí-la [...]” O eufemismo de eliminação ou diminuição da tributação sobre a folha salarial pode e deve ser substituído pela afirmação de que se trata de um processo de precarização do trabalho com barateamento da força de trabalho via a perda de direitos que busquem residualmente minimizar o caráter exploratório da relação social capitalista na venda da mercadoria força de trabalho.

Além disso, nos outros pontos defendidos como consenso pelo deputado Palocci, há uma série de desdobramentos onde termos técnicos não dão, à primeira vista, a dimensão de potencializador de uma dinâmica amplamente favorável à burguesia. A presença nas políticas da Terceira Via de questões como incentivos fiscais, desoneração é constante. Tais medidas permitem não apenas uma ampliação das taxas de lucros, mas também reposicionar politicamente o conjunto da classe burguesa.

Essa luta política do jornal *O Globo* enquanto intelectual orgânico burguês se desdobra

em diversas frentes. Uma dessas sem dúvida são as constantes alegações de que o governo Lula estaria promovendo um aumento dos gastos públicos via aumento desenfreado de gastos sociais – algo fantasioso frente aos diminutos gastos sociais comparados aos recursos destinados à burguesia em diversos momentos. Tanto que os órgãos representativos das diversas frações burguesas não perdem tempo em criticar continuamente qualquer arremedo de gasto público na área social ou de melhoria dos salários dos trabalhadores. Dois editoriais do jornal *O Globo*, tomado aqui como a ilustração da penetração das teses da Terceira Via na consecução do projeto societário burguês em nosso tempo, são reveladores disso.

No primeiro editorial do dia 23 de julho de 2008, tendo como título “Espaço Fiscal”, o tema em questão que não há falta de recursos no Brasil, e sim um excesso de arrecadação, fato agravado pela opção do governo federal em destinar recursos vultosos para os gastos sociais, no dizer do jornal *O Globo* (2008c, p. 5, grifo nosso), “**um saco sem fundo: não há dinheiro para enchê-lo**”. Como contraponto, a receita defendida pelo importante periódico brasileiro é a ampliação do superávit primário para contrapor os aumentos da taxa de juros.

No segundo editorial do dia 31 de junho de 2008, intitulado “Nova Agenda”, destinado a debater os processos e a atuação brasileira nas negociações da chamada Rodada de Doha, o jornal *O Globo* (2008b, p. 5, grifo nosso) é pródigo em apontar que o governo fez a opção por “**dar prioridades aos gastos com assistencialismo, a folha de servidores** e outros itens do custeio da máquina pública”.

Menos do que um debate se isso condiz ou não com a realidade, sobretudo se compararmos os recursos destinados a remunerar as frações financeiras da burguesia com aqueles destinados as áreas sociais, o relevante é o debate acerca campanha contra os investimentos públicos em políticas sociais.

A isso se soma uma busca por apresentar uma lógica de funcionamento do Estado amplamente conformado pelo projeto político da Terceira Via. A tentativa de espriar essas con-

cepções encontra no jornalista Merval Pereira (2006a, 2006b) do jornal *O Globo* importante divulgador, como mostram os dois artigos aqui referenciados. Debatendo acerca de modelos de funcionamento do Estado, Pereira (Ibidem) traz menções nesses dois artigos a tópicos sobre uma reforma gerencial e administrativa do Estado, tendo em mente as experiências recentes da Nova Zelândia e da Austrália. Os dados foram obtidos a partir de uma expedição para conhecer tais experiências, integrada por representantes da Bolsa de Valores do Estado de São Paulo (BOVESPA), da Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP) e da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP).

Pereira (2006a, p. 4) começa apresentando a seguinte questão: “é possível gerir um Estado como se fosse uma empresa privada, onde a burocracia, a ineficiência e a falta de controle das finanças públicas fossem substituídas por objetivos como a busca de resultado, a gestão eficiente e o controle rigoroso das despesas?” Depois atenta que os países acima citados combinaram o “choque de gestão com o corte de gastos públicos” (Ibidem). Após esse comentário, descreve os passos tomados por tais países com um caminho que já conhecemos; privatizações; reforma administrativa do Estado; redução do Estado. Por fim, mas não menos importante, Pereira (Ibidem) aponta que tais propostas não são “[...] facilmente digeríveis, e certamente tem pontos polêmicos, como o fim da estabilidade dos servidores públicos”.

O mesmo jornalista, em outro artigo – dois dias após o primeiro –, ainda debatendo sobre o funcionamento do Estado, defende a necessidade do fim das vinculações constitucionais de parcela de impostos para algumas áreas determinadas – no caso em questão saúde e educação. Segundo Pereira (2006b, grifo nosso), a:

[...] idéia de acabar com as vinculações reintroduzidas na Constituição em 88, tem o objetivo de dar maior agilidade à política econômica [...] **A tentativa é provar que saúde e educação não precisam de tanta verba quanto as vinculações garantem, mas sim de gestão, previsão orçamentária e relatórios com base em desempenho, medidas adotados pelos países desenvolvidos para tornar o Estado mais eficiente.**

Realmente, a Terceira Via dispõe de amplo aparato divulgador de suas concepções na grande mídia. A vocalização desses interesses e concepções de mundo encontra no jornal *O Globo* – e provavelmente não apenas nesse veículo – um importante aliado.

A atualidade dessa concepção fica latente nas palavras do ex-presidente do Brasil Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Ao analisar e comentar acerca da retomada da inflação mundial em 2008 e seu impacto ainda pequeno no Brasil, Cardoso aponta que isso se deve a quatro mudanças nas políticas econômicas adotadas ao longo dos anos 1990 no Brasil, não apenas em seu governo, mas antes desse e ratificadas nos dois governos Lula da Silva. Assim, para Cardoso (2008, p. 16) têm sido fundamentais a “[...] abertura comercial, a estabilização monetária, algumas mudanças nas formas e condutas administrativas e as privatizações”.

Aqui, o ex-presidente traz uma lista das principais medidas adotadas para conformar o projeto neoliberal no Brasil. O ponto central é a análise feita no sentido de debater a aceitação e popularidade dessas medidas ao longo do tempo no país. Para Cardoso (Ibidem), “alguns desses fatores costumam ser louvados, outros nem tanto e outros são postos à margem”.

Enquanto a estabilização decorrente do Plano Real costuma ser alentada por todos, mesmo por antigos oponentes, Cardoso afirma que a abertura comercial implantada no governo Collor é menos realçada. Por outro lado, afirma que algumas mudanças na dinâmica de funcionamento do Estado brasileiro, decorrentes dos processos da reforma de Estado, como a criação de agências reguladoras e “independência, na prática, do Banco Central,<sup>2</sup> foram absorvidas pouco a pouco”. (CARDOSO, 2008, 16).

O que salta aos olhos no texto do ex-presidente, agora colunista mensal aos domingos

no jornal *O Globo*, é a argumentação de que “as privatizações, embora mantidas até hoje, são objeto de repulsa ideológica, mais do que de controvérsia ou crítica consistente”. (Ibidem). Nessa posição de repulsa ideológica, Cardoso não deixa espaço para debates sobre projetos societários e o papel do Estado nesse sentido, reduzindo tal questão a essa repulsa. A Terceira Via ainda dá as cartas.

A alegação do sucesso das privatizações no caso brasileiro requer sempre que se faça a pergunta acerca de quem realmente aproveita esse sucesso. Não há como negar que as privatizações representaram uma enorme abertura de nicho de valorização do capital para setores das burguesias nacionais e internacionais. Contudo, a combinação mágica entre mercantilização de um bem público, precarização do trabalho dos novos funcionários e educação política antiestatista se apresenta como uma constante nesse âmbito.

O exemplo disso pode ser constatado na reportagem de Cássia Almeida, publicada no jornal *O Globo* de 01 de abril de 2006, por grande ironia do destino, no dia em que é comemorado o dia da mentira no Brasil. Almeida (2006) apresenta um processo do Ministério do Trabalho e do Ministério Público do Trabalho em que a antiga Telemar – hoje chamada Oi (empresa que assumiu a telefonia móvel e fixa em algumas regiões brasileiras, inclusive o Rio de Janeiro) –, é ré numa ação onde foram encontrados vinte trabalhadores em condições degradantes de trabalho. Os referidos funcionários eram contratados da empresa Rede Telecom, que era, por sua vez, contratada da empresa Telsul, essa sim contratada da Telemar/Oi. Aqui encontramos exemplos da intensificação da exploração juntamente com os processos de modernização do serviço privatizado. Nesse caso, houve flagrante do Ministério Público e do Ministério do Trabalho. Será essa é a regra ou a exceção?

Também no tocante à defesa da precarização das relações trabalhistas com vistas a intensificar a exploração da força de trabalho no Brasil, o jornal *O Globo* não deixa de dar sua contribuição a essa demanda que unifica o conjunto da classe burguesa. Isso vem acompanhado da defesa de ser essa a suposta solução para o desemprego e a questão do crescimento

<sup>2</sup> A chamada independência do Banco Central, um dos pontos presentes desde sempre na agenda neoliberal do Consenso de Washington, sempre é lembrada pelos intelectuais orgânicos da burguesia como um suposto entrave ao desenvolvimento do Brasil. Curioso é como tem sido veiculada a tese de que Banco Central brasileiro, embora não tenha independência de direito, na realidade tem atuado assim desde o início do governo Lula sob o comando de Henrique Meireles. Maiores informações, ver Paulani (2007).

econômico. Ressaltemos dois exemplos no jornal *O Globo* que ilustram a atuação burguesa no tocante a difundir a tese da flexibilização do trabalho.

O primeiro exemplo é o editorial do dia 18 de março de 2006 acerca da grande mobilização popular, envolvendo estudantes e sindicatos de trabalhadores na França, em protesto ao projeto chamado Primeiro Emprego, proposto pelo *premier* à época, Dominique Villepin. Tal projeto, se aprovado, buscava “[...] facilitar a dispensa depois dos primeiros dois anos de trabalho” (O GLOBO, 2006, p. 5). A propósito, o título do editorial era “**Esclerose Francesa**”.

*O Globo* (Ibidem, grifo nosso) também afirma que os protestos dos estudantes se devem a não compreensão das lições sobre a economia globalizada, e que se os mesmos soubessem exatamente quais seriam os “interesses da França nesse novo cenário, talvez ficassem em casa, **entre os livros**, fazendo votos para que a novidade produzisse logo os primeiros benefícios”. Além disso, também afirma que os que protestam deveriam sair às ruas “**não para instigar a baderna e desafiar a polícia, mas para aplaudir sonoramente a corajosa iniciativa** [...] Nesse caso, é a classe estudantil que está na contramão da história, agindo como tropa de choque do atraso e como retaguarda de um *status quo* insustentável”. (Ibidem, grifo nosso).

Para além da desqualificação da luta política dos trabalhadores e do apoio explícito à luta política da burguesia – algo que em si não deve ser tomado como nenhuma surpresa – salta aos olhos a busca por associação à precarização/flexibilização como um avanço modernizante. Tome Terceira Via!

Outro caso com grande associação ao anterior diz respeito ao contexto brasileiro. No editorial do dia 13 de março de 2007, intitulado “**Aceitar a evolução**”, o jornal *O Globo* apresenta um debate em voga à época acerca de uma mudança na atuação da Receita Federal. O que é central para nosso texto é a deixa utilizada pelo jornal para debater e fazer campanha sobre a precarização/flexibilização do trabalho. Segundo *O Globo* (2007, p. 5), o governo Lula possuiria uma “[...] visão estreita das relações de trabalho,

já há algum tempo em constante modificação no mundo”, sendo que tais mudanças estariam radicadas na necessidade de competição global pelas empresas, o que as leva “[...] a buscarem sempre reduzir custos por uma questão de sobrevivência”. O jornal não demora em afirmar que mecanismos dispostos na legislação trabalhista brasileira seriam arcaicos, ampliando o mercado informal. Mais uma vez o que nos importa aqui é a concordância das teses da Terceira Via com a posição de um aparelho privado de hegemonia burguesa, no caso, o jornal em questão.

### 3 As políticas da Terceira Via e a “virada” à esquerda da América do Sul

Como mostra com propriedade Atilio Boron (2008), a chegada ao poder na América Latina de uma série de governantes e/ou partidos outrora identificados com a esquerda e/ou conjunto dos trabalhadores e movimentos sociais fez surgir o debate sobre uma suposta onda vermelha na região, contrapondo-a aos anos de existência de governos com notória afinidade com os EUA e os organismos financeiros internacionais. Assim, o fato de partidos trabalhistas, socialistas e social-democratas chegarem ao poder provocou tal debate. As experiências de Ricardo Lago/Michele Bachellet no Chile, Lula no Brasil, Tabaré Vasquez no Uruguai, Nestor e Cristina Kirchner na Argentina, Hugo Chávez na Venezuela, Evo Morales na Bolívia, Rafael Correa na Equador e, mais recentemente, Fernando Lugo no Paraguai foram o pano de fundo para isso.

Apesar do discurso midiático, estabelecer um fio vermelho para definir esses governos pode ser muito arbitrário. A relação de cada governo/líder/partido com o enfrentamento ou reafirmação sob novas bases do projeto neoliberal observa grande variedade entre essas experiências de “esquerda” no continente. Talvez por isso a menção recorrente por intelectuais orgânicos da burguesia – seja no âmbito acadêmico, seja na grande mídia – aos governos de Correa, Morales e Chávez como populistas ao mesmo tempo em que se consideram Lula, Bachellet, Kirchner e Vasquez como representantes da esquerda. Como afirma Boron (2008, p. 4) esse suposto giro à esquerda permite à direita agigantar

seus planos desestabilizadores e potencializar os projetos dessa esquerda domesticada, afinadas com as políticas da Terceira Via.

Apresentemos, aqui, apenas alguns exemplos que demonstram porque esses últimos governantes recebem tantos elogios. O governo Lula e do PT tem conseguido a mágica de aprofundar o processo de hegemonia da fração financeira da burguesia, ao mesmo tempo em que promove a retomada dos lucros de outras frações burguesas, sobretudo voltada à exportação. (Cf. Paulani, 2007). O governo Vasquez não hesitou em estabelecer um acordo de livre comércio com os EUA, sobretudo atendendo à pressão de setores da burguesia uruguaia que poderiam ter acesso subalterno ao mercado estadunidense, ainda que isso representasse uma invasão, via fortíssima concorrência interna, de produtos desse país, pondo em risco o equilíbrio comercial com os países da região no Cone Sul. Bachellet, continuando o governo Ricardo Lagos, dá amplo prosseguimento ao projeto neoliberal, tornando o Chile um dos países mais desiguais do continente. Nesses casos em questão, a retórica de esquerda tem servido como um importante mecanismo de apassivamento dos organismos dos trabalhadores. Segundo Boron (2008, p. 6) “seria preciso disponer de una concepcion sumamente elástica de las ideologias para considerar a gobiernos que logran semejantes hazañas como de izquierda”.

O reconhecimento da capitulação da chamada esquerda na América do Sul frente ao neoliberalismo tem levado a aceitação da tese da herança maldita, como o governo Lula tentou defender sua aplicação e aprofundamento das bases do mesmo projeto que tanto criticara. Ou seja, o fato de Lula, Michele Bachelet, Tabaré Vasquez, os Kirchner, além de seus amigos da conhecida direita, manterem pontos centrais do projeto neoliberal, como as políticas de privatizações de companhias públicas, bem como políticas favoráveis à fração financeira nacional e internacional da burguesia, não deve ser atribuído a nenhum projeto desses governos e seus partidos na tentativa por aprofundar a dominação burguesa no continente.

Tal postura não apreende como tais governos desempenham a tarefa que talvez fosse

impossível de ser realizada pela direita clássica. O aprofundamento da dominação burguesa é realizado na América do sul, salvo exceções como Equador, Bolívia e Venezuela, não por acaso países em que seus governos são duramente contestados interna e externamente por setores burgueses, tendo a grande mídia como porta-voz.

Como mostra Boron (Ibidem, p. 4), essa estigmatização das experiências da Bolívia, Venezuela, Equador como populistas implica num importante mecanismo político-pedagógico das burguesias locais e estrangeiras para buscar debelar um possível apoio popular, tanto nos países em que se dão, como em outros pelo continente, a projetos societários que poderiam por em questão às bases de acumulação capitalista. Se o autor está certo ao dizer que os chamados governos de “esquerda” da América Latina do final dos anos 1990 e início dos 2000 são apenas a ponta de um iceberg, podemos afirmar que o que este iceberg esconde é um imenso bloco de gelo, esse sim imune ao inequívoco aquecimento global, que significa a atualização da dominação burguesa, com o aprofundamento da extração de mais valia, em tempos de finança mundializada. Isso pode ser considerado uma das mais atuantes e recorrentes estratégias das burguesias para educar o consenso.

Boron (2008), ainda que timidamente e, em minha opinião, com um excesso de zelo, esboça uma crítica a temas caros à nova esquerda acadêmica. Polemizando especificamente com a noção de democratizar a democracia e reinvenção da democracia, bandeiras presentes nas obras do sociólogo português Boaventura de Sousa Santos, o autor argentino começa a apontar o quanto tais bandeiras apresentam como pano de fundo uma não problematização da relação social fundamental do capitalismo, que é a extração de mais valia via propriedade privada dos meios de produção da existência. Boron (Ibidem, p. 15) faz uma pergunta central para nosso debate:

¿hasta qué punto es realista concebir la existencia – y postular la necesidad – de una democracia de “alta intensidad”, protagónica o radialmente participativa, sin establecer las condiciones requeridas para su efectiva materialización en el espacio- hasta el día

de hoy estratégico e irremplazable, por ser el punto focal de la dominación clasista- del estado nacional?

Com isso, Boron se aproxima da tese de que, malgrado as boas intenções, quando elas existem, tais propostas possuem muito mais um efeito domesticador do que potencializador de lutas sociais emancipatórias.

#### 4 Conclusão

Concordo com Chesnais (2005, p. 57) que o objetivo do neoliberalismo era “recolocar o poder e a riqueza tão plenamente quanto possível nas mãos da fração superior das classes capitalistas e das instituições onde se concentra sua capacidade de ação” e que, assim sendo, o seu objetivo foi inequivocamente alcançado, visto ter ocorrido um grande salto na concentração de riqueza no mundo como um todo. A missão principal desse projeto histórico da burguesia e de suas frações foi cumprida. O reordenamento das relações de forças entre capital e trabalho, com o conseqüente enfraquecimento político deste último, bem como a retomada das taxas de lucro dos tempos gloriosos do capitalismo, indicam que, do ponto de vista burguês, o neoliberalismo foi vitorioso e que a Terceira Via segue na luta por aprofundar esse projeto, trazendo os grupos com potenciais contestatórios para a base de apoio das classes dominantes.

A Terceira Via é pródiga na tentativa explícita de reduzir as políticas neoliberais a uma série de recomendações econômicas. Em geral, tal movimento é realizado defendendo que os resultados das políticas econômicas neoliberais foram desastrosos. Isso leva a um silêncio ou não reconhecimento do neoliberalismo como parte do projeto histórico, no qual as ações de ordem econômica são uma parte disso. Assim, a tarefa de apresentar os inegáveis resultados desastrosos pode ser realizada, embora apartada do próprio projeto societário capitalista.

Isso foi acompanhado de um aumento da desigualdade juntamente a taxas de crescimento radicalmente inferiores aos do período desenvolvimentista. Assim, fica fácil realizar a contraposição, visto que os resultados econômicos foram compro-

vadamente insuficientes. Não conceber a Terceira Via como projeto societário ou nova fase do capitalismo permite separar algumas medidas tomadas pelos governos neoliberais de outros aspectos centrais, como a maior exploração do trabalho. Faz-se a crítica de tais medidas sem relacionar ou vincular isso à nova correlação de forças amplamente favorável ao conjunto da classe burguesa. Como afirma Perry Anderson (2000, p. 12):

[...] a fórmula vencedora para garantir a vitória do mercado não é atacar, mas preservar o placebo de uma autoridade pública compassiva, louvando a compatibilidade entre a concorrência e a solidariedade [...] Poderíamos dizer que a terceira via é, hoje, a concha ideológica mais adequada ao neoliberalismo.

Nesse sentido, pode-se dizer que o projeto neoliberal foi bem sucedido nas metas que se propôs a alcançar. Além da recomposição das taxas de lucro para os setores majoritários do capital, seja via aquisições de companhias públicas de países periféricos via políticas de privatizações, seja via o deslocamento de suas unidades produtivas para países com força de trabalho qualificada e barata se comparada a dos países centrais, ou então atuando também no ramo das finanças. Não obstante, como já apontamos anteriormente, os objetivos políticos de recomposição da correlação de forças entre as classes sociais – diluindo e adequando aos interesses burgueses o potencial organizativo de partidos, sindicatos e movimentos sociais anteriormente vinculados a um projeto histórico mais favorável ao conjunto dos trabalhadores – sem dúvida foi alcançado.

É justamente por isso que continuam atuais ao cabo da primeira década do novo século as estratégias burguesas chamadas aqui de nova pedagogia da hegemonia.

#### Referências

- ALMEIDA, Cássia. Trabalho degradante no Rio: **Jornal o GLOBO**, Rio de Janeiro, 01-04-2006, p. 33, 2006.
- ANDERSON, Perry. Renovação. In: **Revista Praga: estudos Marxistas**. São Paulo: n. 9, pp. 7-26, Junho de 2000.

BORON, Atilio. Mapeando el panorama político de América Latina. En: Curso virtual "Coyuntura política e luchas emancipatórias" (PROGRAMA LATINOAMERICANO DE EDUCACION A DISTANCIA. Centro Cultura de La cooperacion: Buenos Aires, 2008.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. A nova esquerda: uma visão a partir do sul. In: GIDDENS, Anthony. (Org.) **O debate Global sobre a terceira via**. São Paulo: Editora UNESP, 2007. PP. 497-538.

CARDOSO, Fernando Henrique. As privatizações reavaliadas. **Jornal o GLOBO**, Rio de Janeiro, 03-08-2008, p. 16, 2008.

CHESNAIS, FRANÇOIS. O capital portador de juros. Acumulação, internacionalização efeitos econômicos e políticos. \_\_\_\_\_. (Org.). **Finança mundializada**. São Paulo: Boitempo, 2005. pp. 35-68.

GIDDENS, Anthony. (Org.) **O debate global sobre a terceira via**. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

\_\_\_\_\_. Introdução. In: \_\_\_\_\_. (Org.) **O debate global sobre a terceira via**. São Paulo: Editora UNESP, 2007. pp.17-49.

\_\_\_\_\_. **A terceira via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia**. São Paulo: Editora Record, 2001a.

\_\_\_\_\_. **A terceira via e seus críticos**. São Paulo: Editora Record, 2001b.

MARTINS, André Silva. Burguesia e a nova sociabilidade: estratégias para educar o consenso no Brasil contemporâneo. 2007. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2007.

MELO, Marcelo Paula de. A finança mundializada e a consolidação da hegemonia burguesa na fase atual do capitalismo. In: **Emancipação**, Ponta Grossa, v.9, n.1, p. 9-25, 2009.

\_\_\_\_\_. Governo Lula e a nova face do neoliberalismo no Brasil. In: **Emancipação**, Ponta Grossa, v.7, n.1, p.177-200, 2007.

NEVES, Lucia Maria Wanderley; MELO, Marcelo Paula de; MONTEIRO, Vanja. A formação/atuação dos intelectuais da nova pedagogia da hegemonia: experiências no Brasil: In: NEVES, Lucia M. W. (Org). **A esquerda para o capital e a direita para o social**. São Paulo: Xamã, 2010.

Neves, Lúcia Maria Wanderley (Org). A nova pedagogia da hegemonia: Estratégias da burguesia brasileira para educar o consenso na atualidade. São Paulo: Xamã, 2005

O GLOBO, Editorial. Esclerose Francesa. **Jornal o GLOBO**, Rio de Janeiro, 18-03-2006, p. 5, 2006

\_\_\_\_\_. Aceitar a evolução. **Jornal o GLOBO**, Rio de Janeiro, 13-03-2007, p. 5, 2007

\_\_\_\_\_. Chance para Ilha. **Jornal o GLOBO**, Rio de Janeiro, 20-02-2008, p. 5, 2008a

\_\_\_\_\_. Nova agenda. **Jornal o GLOBO**, Rio de Janeiro, 31-07-2008, p. 5, 2008b.

\_\_\_\_\_. Espaço Fiscal. **Jornal o GLOBO**, Rio de Janeiro, 23-07-2008, p. 5, 2008c.

PALOCCHI, Antonio. Antes tarde... **Jornal o GLOBO**, Rio de Janeiro, 20-07-2008, p. 6, 2008

PAULANI, Leda. **Brasil delivery: servidão financeira e Estado de exceção econômica**. São Paulo: Boitempo, 2007.

PEREIRA, Merval. Choque de capitalismo. IN: **Jornal O GLOBO**, Rio de Janeiro, 07-08-2008, p. 4, 2008.

\_\_\_\_\_. Novo modelo de Estado. **Jornal o GLOBO**, Rio de Janeiro, 14-04-2006, p. 4, 2006a.

\_\_\_\_\_. O velho e o novo. **Jornal o GLOBO**, Rio de Janeiro, 16-04-2006, p. 4, 2006b.